

CENTRO DE PORTUGAL

Boletim trimestral **22**

*Informação reportada ao
primeiro trimestre de 2014*



ccdrc

comissão de coordenação
e desenvolvimento regional
do centro

ÍNDICE

- 4** Enquadramento Nacional
- 6** Mercado de Trabalho
- 10** Desemprego Registado
- 11** Empresas
- 12** Comércio Internacional de Bens
- 14** Turismo
- 15** Construção e Habitação
- 16** Preços e Consumo Privado
- 18** Políticas Públicas no Centro

Nota: A configuração territorial da Região Centro é a definida no decreto-lei n.º 244/2002 de 5 de novembro, em que a região integra 100 municípios.

22

Boletim trimestral

*Informação reportada ao
primeiro trimestre de 2014*

FICHA TÉCNICA

Editor
Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Centro

Responsável Técnico
Direção de Serviços de
Desenvolvimento Regional

Data de Edição
Junho de 2014

ISSN
2182-6579

boletimtrimestral@ccdr.pt
www.ccdrc.pt

Alguns dados da informação conjuntural encontra-se
também em <http://datacentro.ccdrc.pt>





No primeiro trimestre de 2014, a conjuntura nacional voltou a evidenciar uma situação favorável. O Produto Interno Bruto do país aumentou 1,3% face ao trimestre homólogo, em consonância com o crescimento registado também no trimestre anterior e invertendo a tendência que se tinha observado desde o final de 2010. Esta evolução positiva do PIB deveu-se ao crescimento da procura interna, em particular do investimento. Quanto à procura externa, as exportações de bens e serviços abrandaram e as importações aceleraram. O mercado de trabalho voltou a consolidar os sinais de retoma evidenciados nos trimestres anteriores, com a taxa de desemprego nacional a fixar-se em 15,1%. Simultaneamente, melhoraram as expectativas dos consumidores e a confiança dos empresários.

Também na Região Centro o mercado de trabalho evidenciava sinais positivos, verificando-se um ligeiro aumento da taxa de emprego e um decréscimo da taxa de desemprego. Deste modo, o Centro voltou a destacar-se por registar a maior taxa de emprego e a menor taxa de desemprego entre as várias regiões do país. Contudo, a taxa de atividade regional diminuiu. Neste trimestre, havia na região 1.031 mil pessoas empregadas e 127,6 mil desempregados.

No setor empresarial, continuaram a verificar-se dificuldades financeiras, com um aumento do nível de incumprimento e uma diminuição dos empréstimos bancários obtidos. Relativamente às relações comerciais da região com o mercado externo, observou-se um crescimento homólogo das transações de bens, apesar de menos intenso no caso das exportações.

No âmbito do QREN, até ao final de março de 2014, tinham sido aprovados 17,7 mil projetos na Região Centro com cofinanciamento de 6,3 mil milhões de euros de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão e prevendo um investimento total de 10,7 mil milhões de euros. A região mantinha-se, assim, como a segunda maior beneficiária de fundos comunitários do país. No Programa Operacional Regional – Mais Centro, estavam aprovadas 4.532 operações e uma comparticipação de FEDER de 1,8 mil milhões de euros, o que reflete um período de gestão de overbooking. Nesta data, 72,2% do montante da dotação do programa encontrava-se já executado.

ENQUADRAMENTO NACIONAL

O Produto Interno Bruto aumentou 1,3% no primeiro trimestre de 2014, o que se deveu ao crescimento da procura interna, em particular do investimento. As exportações de bens e serviços abrandaram e as importações aceleraram. O mercado de trabalho voltou a evidenciar sinais de retoma com a taxa de desemprego nacional a diminuir para 15,1%. Simultaneamente, melhoraram as expectativas dos consumidores e a confiança dos empresários.

1,3%
foi o acréscimo
homólogo do PIB e

16,8%
a taxa de
investimento

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		1T14	4T13	3T13	2T13	1T13	2013	2012
PIB ¹	v. h. (%)	1,3	1,5	-0,9	-2,0	-4,0	-1,4	-3,2
Procura interna	v. h. (%)	2,9	0,5	-1,5	-2,9	-5,9	-2,5	-6,6
Consumo das famílias	v. h. (%)	1,6	0,6	-0,9	-2,3	-4,1	-1,7	-5,4
Taxa de investimento	%	16,8	16,5	15,6	14,9	15,2	15,5	16,4
Exportações	v. h. (%)	4,3	9,1	7,2	7,4	0,7	6,1	3,2
Importações	v. h. (%)	8,5	6,4	5,5	5,2	-4,4	3,1	-6,6
VAB	v. h. (%)	0,5	0,7	-0,9	-1,3	-3,2	-1,2	-2,3
Taxa de desemprego	%	15,1	15,3	15,5	16,4	17,5	16,2	15,5
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	-0,1	-0,1	0,3	0,6	0,2	0,3	2,8
Indicador de confiança dos consumidores	%	-30,8	-40,4	-45,3	-53,9	-55,4	-48,7	-54,3
Indicador de clima económico	%	-0,6	-1,2	-2,0	-3,0	-3,8	-2,5	-3,7
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,370	1,361	1,325	1,307	1,320	1,328	1,286
	v. h. (%)	3,7	4,9	5,8	1,9	0,7	3,3	-7,6

USD - Dólar dos Estados Unidos
EUR - Euro

O Produto Interno Bruto (PIB) nacional aumentou 1,3% em termos homólogos² no primeiro trimestre de 2014 (Quadro 1), resultado do aumento da procura interna e, em particular, do acentuado crescimento do investimento. Apesar das exportações terem voltado a registar um acréscimo homólogo, observou-se um abrandamento, o que a par do aumento das importações se traduziu num contributo líquido negativo para a variação homóloga do PIB.

A procura interna cresceu 2,9% face a igual período do ano anterior, o que corresponde ao maior aumento dos últimos quatro anos. Apesar das despesas de consumo final terem aumentado, esta evolução da procura interna traduz sobretudo o comportamento do investimento, que registou, neste trimestre, o maior acréscimo desde o final de 1998.

No que respeita à procura externa, tal como já foi referido, as exportações de bens e serviços abrandaram o seu crescimento no primeiro trimestre de 2014, registando contudo uma variação homóloga positiva de 4,3%. Tal como no trimestre anterior, a componente de serviços cresceu de forma mais intensa que a de bens (7,3% e 3,3%, respetivamente). As importações de bens e serviços registaram o crescimento homólogo mais elevado dos últimos quatro anos (8,5%), refletindo uma aceleração de 7,1% para 8,5% na componente de bens e de 1,7% para 8,9% nos serviços.

¹ Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.

² Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste; Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2008), ou outro indicador mais apropriado.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado registou uma variação homóloga positiva de 0,5%. O ramo da “construção” foi o que voltou a verificar o maior decréscimo homólogo do VAB e, contrariamente, o VAB do ramo de atividade “energia, água e saneamento” foi o que evidenciou o maior crescimento (3,4%).

No que respeita ao mercado de trabalho nacional, voltou a verificar-se uma recuperação, com a taxa de desemprego a descer para 15,1%, no primeiro trimestre de 2014, ou seja, menos 0,2 pontos percentuais (p.p.) do que no trimestre anterior e menos 2,4 p.p. do que no homólogo. Neste trimestre, encontravam-se desempregados 788,1 mil indivíduos, resultado de uma diminuição trimestral e homóloga, sendo que neste último caso voltou a ser bastante expressiva (menos 19,9 mil indivíduos e 138,7 mil, respetivamente).

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC), voltou a registar um decréscimo homólogo, neste trimestre. Apesar de muito ligeiro e de semelhante ao do trimestre anterior (-0,1%), estes dois valores traduzem uma inversão face aos últimos quatro anos. As classes que contribuíram com esta diminuição dos preços foram “transportes”; “vestuário e calçado”; “lazer, recreação e cultura”; “acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação”; “bens e serviços diversos” e “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas”. As restantes seis classes de bens do IPC registaram aumentos do nível dos preços, destacando-se com maiores crescimentos a das “bebidas alcoólicas e tabaco” e “comunicações”.

Simultaneamente, as expectativas dos consumidores e a confiança dos empresários tornaram-se muito menos negativas, a avaliar pelo indicador de confiança dos consumidores³ e pelo indicador de clima económico⁴, ambos do INE, regressando a níveis do final de 2009 e 2010, respetivamente.

Por último, à semelhança do que tem acontecido desde o início de 2013, a taxa de câmbio⁵ do euro face ao dólar (USD/Euro) voltou a crescer em termos homólogos, correspondendo a uma nova valorização do euro e a um conseqüente encarecimento das exportações nacionais nos mercados extracomunitários (dado que igual quantidade de bens exportados tem agora um preço mais elevado).

³ O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião.

⁴ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

⁵ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho da Região Centro evidenciava sinais positivos no primeiro trimestre de 2014, quando comparado com o período homólogo. Apesar da diminuição observada na taxa de atividade regional, registou-se um ligeiro aumento da taxa de emprego e um decréscimo da taxa de desemprego. Deste modo, o Centro voltou a destacar-se por registar a maior taxa de emprego e a menor taxa de desemprego entre as várias regiões do país.

De acordo com os dados do inquérito ao emprego⁶ referentes ao primeiro trimestre de 2014, a taxa de atividade da população em idade ativa⁷ foi de 58,7% tanto na Região Centro como em Portugal, atingindo, em ambos os casos, o valor mínimo dos últimos anos. Estes valores refletem assim uma diminuição quer face ao trimestre anterior como ao homólogo. A taxa de atividade regional dos homens situou-se nos 64,9% e a das mulheres em 53,2%, tendo também atingido os seus valores mínimos.

Na Região Centro, a população ativa⁸ era de 1.158,6 mil pessoas neste trimestre, refletindo a quebra de 2,5% relativamente a igual período do ano anterior. Já a população inativa⁹, estimada em 1.117,1 mil indivíduos, aumentou 1,0% em termos homólogos, devido ao acréscimo de 4,7% de estudantes e de 3,7% de reformados, que contrabalançaram em grande parte a diminuição de 12,1% nos domésticos.

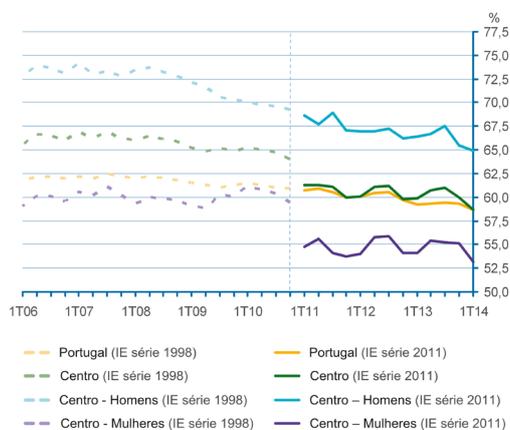
11,0%

foi a taxa de
desemprego regional

1.031

mil empregados na região

Taxa de atividade (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



⁶ No primeiro trimestre de 2011, o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Deste modo, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011 (série 2011), não permitem uma comparação direta com os dados anteriores (série 1998), configurando uma quebra de série. No primeiro trimestre de 2014, o INE disponibilizou valores revistos para estas duas séries, já que estes foram calibrados tendo por referência as estimativas da população residente calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.

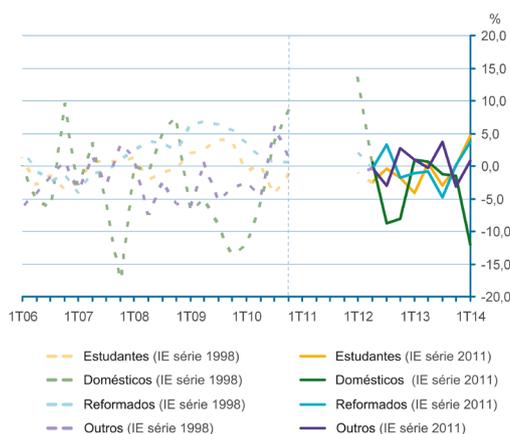
⁷ A taxa de atividade (15 e mais anos), de acordo com o INE, "permite definir a relação entre população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade)".

⁸ Segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

⁹ A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

¹⁰ A partir do primeiro trimestre de 2011, a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 14 anos de idade na rubrica "Outros". A rubrica "reformados" compreendia,

População inativa no Centro por condição perante o trabalho (variação homóloga)¹⁰



Quadro 2 – Atividade e Inatividade		1T14	4T13	3T13	2T13	1T13	2013	2012	
		média trimestral							
Taxa de atividade (15 e mais anos)									
Portugal	%	58,7	59,3	59,4	59,3	59,2	59,3	60,2	
Centro	%	58,7	60,0	61,0	60,7	59,9	60,4	60,5	
	v. h. (p.p.)	-1,2	0,2	-0,2	-0,4	-0,2	-0,9	-0,3	
População ativa – Centro	milhares	1.158,6	1.186,0	1.207,4	1.202,8	1.188,2	1.196,1	1.206,1	
	v. h. (%)	-2,5	-0,3	-0,9	-1,2	-0,9	-0,8	-1,1	
População inativa – Centro	milhares	1.117,1	1.095,9	1.079,0	1.087,4	1.105,7	1.092,0	1.099,6	
	v. h. (%)	1,0	-1,4	-0,6	-0,2	-0,5	-0,7	-0,3	
Estudantes (15 e mais anos)	milhares	185,7	177,7	162,8	182,1	177,4	175,0	177,9	
	v. h. (%)	4,7	0,1	-3,0	0,4	-4,1	-1,6	-1,4	
Domésticos	milhares	99,6	98,9	91,5	97,1	113,3	100,2	100,4	
	v. h. (%)	-12,1	-1,5	-1,2	0,6	1,0	-0,2	-0,8	
Reformados	milhares	367,3	362,0	348,3	346,3	354,3	352,7	358,6	
	v. h. (%)	3,7	0,2	-4,8	-0,8	-1,0	-1,6	0,8	
Outros	milhares	464,5	457,2	476,5	461,9	460,7	464,1	462,7	
	v. h. (%)	0,8	-3,1	3,7	-0,2	0,9	0,3	-0,5	

¹¹ A taxa de emprego é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade.

¹² Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em “Trabalhadores por conta de outrem”, “Trabalhadores por conta própria”, “Trabalhadores familiares não remunerados” e “Outra situação”.

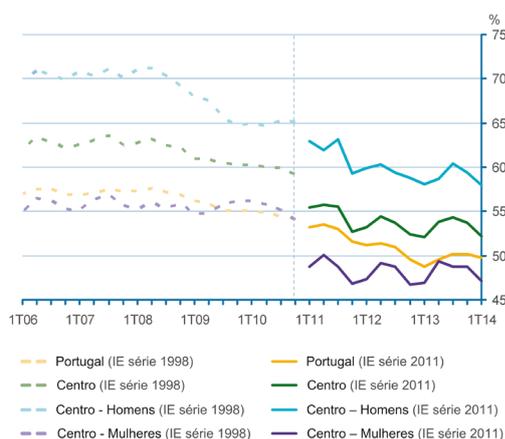
A taxa de emprego¹¹ da Região Centro registou um aumento homólogo muito ligeiro no primeiro trimestre de 2014 (0,1 p.p.), situando-se nos 52,2%. No entanto, tal como sucedeu a nível nacional, verificou-se uma diminuição face ao trimestre anterior. Apesar desta evolução, a taxa de emprego da região manteve-se como a mais elevada entre as várias regiões do território nacional.

A população empregada na região era de 1.031 mil pessoas neste trimestre, resultado de uma diminuição quer homóloga como trimestral (menos 3,8 mil e 30,4 mil empregados, respetivamente). Para esta evolução homóloga foi determinante a diminuição dos homens empregados (-0,9%), dos empregados entre os 15 e os 24 anos (-4,4%) e dos 45 ou mais anos (-2,2%) e dos empregados das atividades do setor “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (-15,6%).

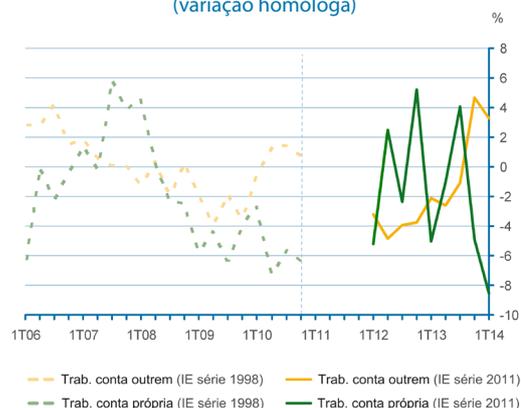
O decréscimo homólogo da população empregada ficou ainda a dever-se aos trabalhadores por conta própria, que diminuíram 8,5% e já que os trabalhadores por conta de outrem aumentaram 3,3%.

O aumento nos trabalhadores por conta de outrem deveu-se, em grande medida, ao importante aumento dos contratos com termo (12,5%) e aos trabalhadores com o ensino superior (15,4%). Também o acréscimo homólogo dos trabalhadores com contrato a tempo completo foi superior ao dos que assinaram contratos a tempo parcial.

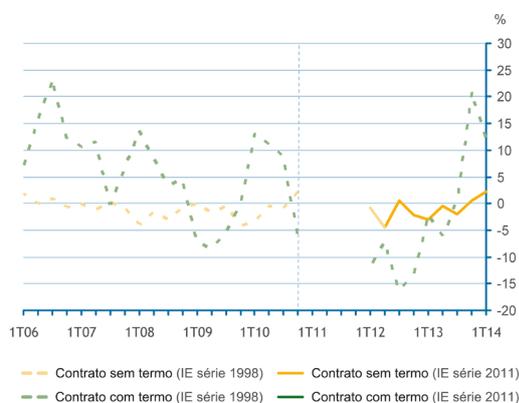
Taxa de emprego (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



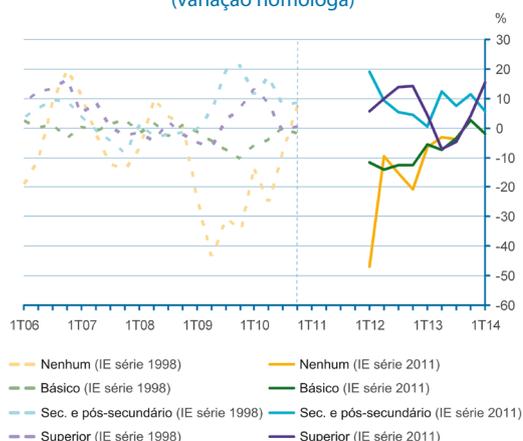
População empregada no Centro por situação na profissão¹² (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro
por contrato de trabalho
(variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro
por nível de escolaridade mais elevado completo
(variação homóloga)



Quadro 3 – Emprego		1T14	4T13	3T13	2T13	1T13	2013	2012		
								média trimestral		
Taxa de emprego (15 e mais anos)										
Portugal	%	49,8	50,2	50,2	49,6	48,8	49,7	50,8		
Centro	%	52,2	53,7	54,3	53,8	52,1	53,5	53,4		
	v. h. (p.p.)	0,1	1,3	0,6	-0,6	-1,1	0,1	-1,4		
População empregada – Centro										
	milhares	1.031,0	1.061,4	1.074,9	1.065,6	1.034,8	1.059,2	1.064,8		
	v. h. (%)	-0,4	1,8	0,5	-1,8	-2,6	-0,5	-3,0		
Homens	v. h. (%)	-0,9	0,0	1,0	-3,4	-3,8	-1,5	-4,2		
Mulheres	v. h. (%)	0,3	3,8	-0,1	0,0	-1,2	0,6	-1,6		
15 - 24 anos	v. h. (%)	-4,4	7,7	7,4	-1,3	-3,2	2,5	-15,0		
25 - 44 anos	v. h. (%)	2,1	3,1	-0,9	-5,0	-4,0	-1,7	-4,8		
45 anos ou mais	v. h. (%)	-2,2	0,1	1,0	1,1	-1,2	0,3	0,1		
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	-15,6	-7,9	-1,0	-1,6	-7,8	-4,5	-0,8		
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	4,2	0,7	-5,1	-9,3	-10,1	-6,2	-13,7		
Serviços	v. h. (%)	2,0	5,2	3,6	1,7	2,7	3,3	2,2		
Trabalhadores por conta de outrem										
	milhares	756,9	762,7	752,5	741,5	732,7	747,3	749,8		
	v. h. (%)	3,3	4,7	-1,1	-2,6	-2,1	-0,3	-3,9		
Contratos sem termo	v. h. (%)	2,2	0,6	-2,1	-0,5	-2,9	-1,2	-1,8		
Contratos com termo	v. h. (%)	12,5	21,1	1,2	-6,1	-2,0	3,0	-12,1		
Tempo completo	v. h. (%)	3,4	4,1	-1,7	-2,0	-1,0	-0,2	-5,6		
Tempo parcial	v. h. (%)	1,7	10,7	6,9	-9,1	-13,3	-1,9	18,6		
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	§	§	-3,8	-3,2	-6,5	-11,9	-27,3		
Básico	v. h. (%)	-2,0	2,7	-3,6	-7,5	-5,5	-3,6	-12,7		
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	5,7	11,4	7,5	12,3	0,4	7,8	9,3		
Superior	v. h. (%)	15,4	4,1	-4,7	-7,1	4,5	-0,9	10,9		
Trabalhadores por conta própria										
	milhares	268,3	291,7	314,5	312,5	293,3	302,9	308,4		
	v. h. (%)	-8,5	-4,9	4,0	-1,0	-5,1	-1,8	-0,1		
Isolados	v. h. (%)	-10,1	-5,0	1,3	0,0	-3,9	-1,9	-1,4		
Empregadores	v. h. (%)	-2,6	-4,7	16,1	-5,0	-9,1	-1,4	4,9		

§: Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado

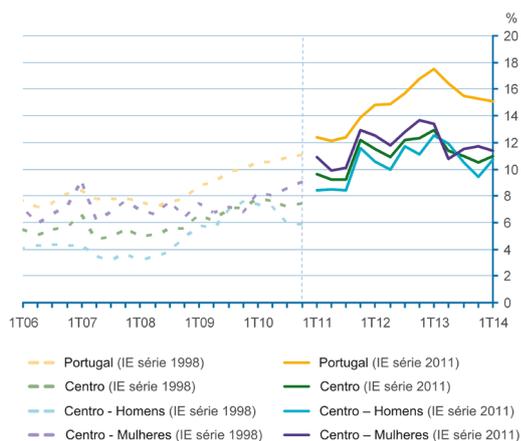
Neste trimestre, a taxa de desemprego¹³ fixou-se em 15,1% a nível nacional e em 11% para a Região Centro, refletindo uma diminuição homóloga de 2,4 p.p. e 1,9 p.p., respetivamente. O Centro mantinha-se assim como a região com a menor taxa de desemprego do país. Apesar disto, esta taxa aumentou face ao trimestre anterior, que tinha sido de 10,5%.

A taxa de desemprego das mulheres continuou superior à dos homens e o escalão etário dos 15 aos 24 anos foi o mais atingido. De destacar que a taxa de desemprego jovem registou, neste trimestre, 29,4%.

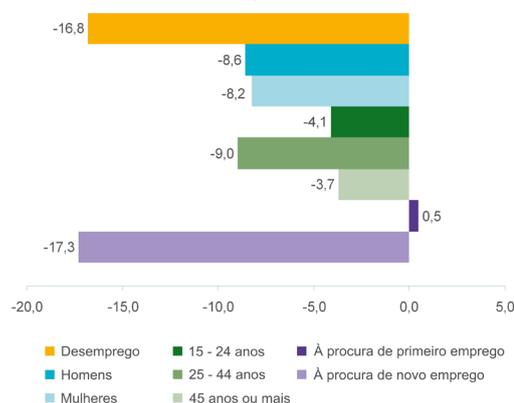
¹³ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

A evolução da taxa de desemprego regional reflete o comportamento da população desempregada, que diminuiu 16,8% face ao período homólogo mas aumentou 2,4% em relação ao trimestre anterior, o que corresponde a 127,6 mil desempregados. Todas as categorias de desempregados analisadas registaram reduções homólogas, com exceção dos desempregados à procura do primeiro emprego, que aumentaram 4,1% face a igual período do ano anterior (após uma quebra acentuada registada no trimestre anterior). De destacar as diminuições bastante significativas nos desempregados entre os 15 e os 24 anos (-23,3%), nos que procuravam um novo emprego (-19,4%) e nos desempregados há menos de um ano (-19,0%).

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro (%)



Quadro 4 – Desemprego

		1T14	4T13	3T13	2T13	1T13	2013	2012	
		média trimestral							
Taxa de desemprego									
Portugal	%	15,1	15,3	15,5	16,4	17,5	16,2	15,5	
	%	11,0	10,5	11,0	11,4	12,9	11,4	11,7	
Centro	v. h. (p.p.)	-1,9	-1,8	-1,2	0,5	1,4	-0,3	1,7	
Homens	%	10,7	9,4	10,5	11,9	12,5	11,1	10,8	
Mulheres	%	11,4	11,7	11,5	10,8	13,4	11,8	12,7	
15 - 24 anos	%	29,4	29,3	32,9	29,6	34,2	31,6	36,6	
25 - 44 anos	%	12,4	11,4	12,4	14,1	14,8	13,2	13,1	
45 anos ou mais	%	7,3	7,1	6,5	6,7	8,1	7,1	6,8	
População desempregada – Centro	milhares	127,6	124,6	132,4	137,2	153,4	145,5	151,4	
	v. h. (%)	-16,8	-15,1	-10,9	3,8	11,6	-3,9	15,5	
Homens	v. h. (%)	-17,1	-16,6	-10,0	18,2	16,2	0,8	15,0	
Mulheres	v. h. (%)	-16,6	-13,8	-11,8	-9,3	7,0	-8,6	16,1	
15 - 24 anos	v. h. (%)	-23,3	-25,1	-20,3	-20,1	-4,9	-17,8	36,9	
25 - 44 anos	v. h. (%)	-17,2	-20,5	-9,5	16,2	12,2	-1,4	13,6	
45 anos ou mais	v. h. (%)	-12,3	3,3	-5,3	0,5	22,9	5,1	5,7	
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	4,1	-32,8	-2,7	-16,4	3,6	-11,9	54,2	
À procura de novo emprego	v. h. (%)	-19,4	-12,5	-12,3	6,7	12,6	-1,8	11,2	
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	-19,0	-29,5	-23,0	-7,3	-5,4	-16,5	13,4	
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	-15,0	-1,8	0,9	14,3	30,3	10,2	17,6	

¹⁴ O índice de custo do trabalho definido pelo INE pretende medir a evolução dos custos do trabalho por hora efetivamente trabalhada (custo médio horário) suportados pela entidade empregadora. Estes custos compreendem, para além dos custos salariais (como salário base, subsídios e prémios, pagamento de horas extraordinárias, etc.), outros custos do trabalho a cargo da entidade patronal (como contribuições para a Segurança Social, seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais, indemnização por despedimento, entre outros).

No primeiro trimestre de 2014, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da Região Centro diminuiu de forma ligeira (-0,5% em termos homólogos reais), situando-se nos 745 euros, valor abaixo dos 802 euros da média nacional.

Já o índice de custo do trabalho¹⁴ registou um acréscimo homólogo real, após dois trimestres recessivos. Este crescimento real do custo médio horário do trabalho suportado pelo empregador foi contudo menos acentuado na Região Centro (4,4%) do que em Portugal (5,9%).

Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho		1T14	4T13	3T13	2T13	1T13	2013	2012
		média trimestral						
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	802	809	809	804	808	808	813
	v. h. real (%)	-0,6	-2,0	-0,2	-1,2	-0,2	-0,9	-2,5
Centro	€	745	746	765	754	750	754	761
	v. h. real (%)	-0,5	-3,6	0,2	-1,4	0,1	-1,2	-1,7
Índice de Custo do Trabalho*								
Portugal	v. h. real (%)	5,9	-5,5	-2,4	0,9	-2,0	-2,4	-7,3
Centro	v. h. real (%)	4,4	-6,5	-2,0	0,9	-1,5	-2,5	-7,8

* Valores corrigidos dos dias úteis (de modo a eliminar os efeitos decorrentes da existência de números de dias úteis diferentes em trimestres idênticos de anos diferentes (Páscoa e outros feriados móveis)).

DESEMPREGO REGISTRADO

No primeiro trimestre de 2014, estavam inscritos 126 mil desempregados nos centros de emprego do IEFP da Região Centro, refletindo uma diminuição homóloga de 7,2%. Para tal terá contribuído o crescimento homólogo bastante significativo das colocações do IEFP.

Nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro estavam inscritos 126,1 mil desempregados no primeiro trimestre de 2014. Este valor reflete um aumento trimestral de 1,2% mas uma diminuição homóloga de 7,2%. Esta variação homóloga negativa veio consolidar a tendência de decréscimo registada no final de 2013, após oito trimestres consecutivos de aumento.

Para esta evolução terá contribuído o crescimento homólogo significativo das colocações efetuadas pelo IEFP (41,3%), que correspondeu a 99 colocações médias por dia, ou seja, mais 29 colocações diárias do que em igual período do ano anterior. Simultaneamente, os novos desempregados diminuíram em termos homólogos (-7,5%), existindo, em média, 406 novos desempregados por dia nos centros de emprego da região.

406

novos desempregados inscritos em média, por dia, nos centros de emprego da região

99

colocações diárias realizadas, em média, pelo IEFP

Quadro 6 – Desemprego Registrado		1T14	4T13	3T13	2T13	1T13	2013	2012
		média trimestral						
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	126,1	124,7	128,0	131,2	135,9	129,9	122,4
	v. h. (%)	-7,2	-3,8	3,8	10,7	14,8	6,1	22,4
Novos desempregados**	milhares	36,5	41,0	42,3	33,3	39,5	39,0	39,6
	v. h. (%)	-7,5	0,8	0,0	-3,3	-3,2	-1,4	6,7
Colocações do IEFP**	milhares	8,9	7,3	9,0	7,1	6,3	7,4	5,3
	v. h. (%)	41,3	62,2	30,4	30,6	43,2	39,8	-6,5

* valores médios trimestrais

**soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

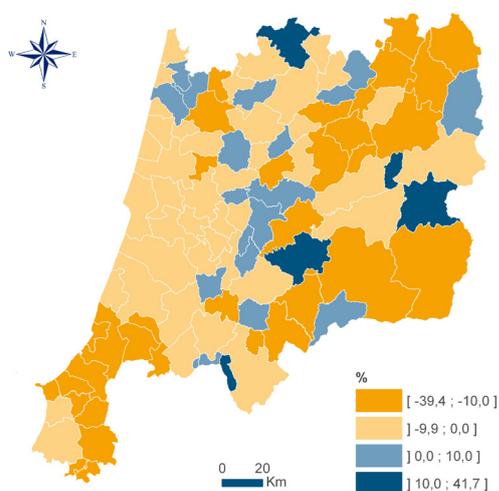
Neste trimestre, verificou-se um aumento do número de municípios da Região Centro em que ocorreu uma diminuição homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego, passando para 76 dos 100 municípios da região. Pinhel e Bombarral mantiveram-se como os municípios com as maiores reduções homólogas (acima dos 30%).

Os restantes 24 municípios da região apresentaram mais desempregados do que no período homólogo, sendo de destacar, à semelhança do trimestre anterior, Oleiros, Penamacor, Castro Daire e Belmonte, por registarem os maiores aumentos homólogos (todos acima de 15%). Adicionalmente, observou-se uma inversão de tendência em 24 municípios, sendo que na sua maioria (18) passaram de um crescimento para um decréscimo homólogo neste trimestre.

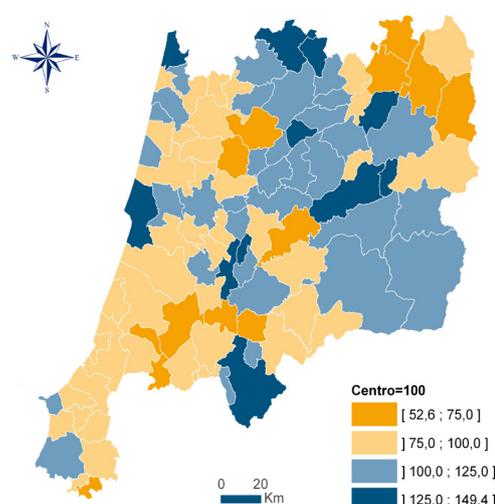
¹⁵ O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma: $\frac{[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})]}{[(\text{desemprego registado})_{RC} / (\text{população média residente 15-64 anos})_{RC}]} * 100$, sendo i determinado município e RC a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2013.

Considerando a importância dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, neste trimestre, 56 municípios apresentavam uma situação mais favorável que a média regional e consequentemente índices de disparidade¹⁵ inferiores a 100. Os menores valores deste indicador (inferiores a 60% da média regional) ocorriam nos municípios de Meda, Pinhel e Pampilhosa da Serra. No extremo oposto, com índices bastante superiores à média regional (acima de 145%), destacavam-se Castanheira de Pera, Belmonte e Figueiró dos Vinhos.

Varição homóloga do desemprego registado no primeiro trimestre de 2014



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no primeiro trimestre de 2014



EMPRESAS

-3,6%

foi a diminuição homóloga dos empréstimos concedidos a sociedades não financeiras

12,1%

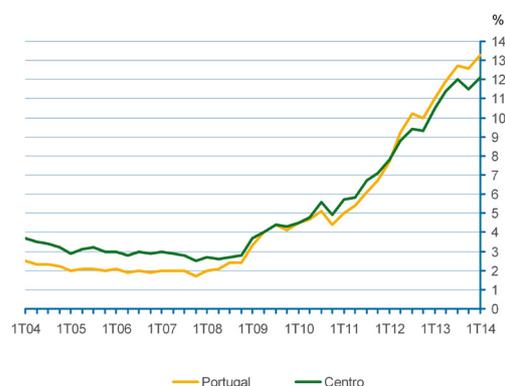
é o peso do crédito vencido das empresas da região

A situação financeira das empresas continua pouco favorável. Voltou a evidenciar-se um aumento do nível de incumprimento e uma diminuição dos empréstimos obtidos pelo setor não financeiro.

O setor empresarial tem evidenciado dificuldades nos últimos anos, em particular em termos financeiros.

Os empréstimos concedidos pelo setor financeiro voltaram a registar uma diminuição homóloga real, tal como tem ocorrido nos últimos anos. A redução ocorrida na Região Centro (-3,6%) foi, no entanto, menos significativa do que a nível nacional (-6,7%) e a mais baixa desde o terceiro trimestre de 2010.

A importância do crédito vencido no total do crédito concedido aumentou face aos trimestres anterior e homólogo, tanto a nível nacional como regional, fixando-se nos 12,1% na Região Centro e 13,3% em Portugal. Persistem assim valores de incumprimento bastante elevados, tendo-se verificado na região, em termos homólogos, um aumento neste rácio de 1,6 pontos percentuais.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
(variação homóloga real)Crédito vencido das sociedades não financeiras
no total do crédito concedido

Quadro 7 – Empresas		1T14	4T13	3T13	2T13	1T13	2013	2012
		média trimestral						
Empresas constituídas								
Portugal	número	n.d.	7.805	7.156	7.848	11.782	8.648	7.560
	v. h. (%)	n.d.	4,6	15,7	9,4	25,2	14,4	-11,8
Centro	número	n.d.	1.286	1.259	1.402	2.142	1.522	1.345
	v. h. (%)	n.d.	0,4	13,3	8,9	26,0	13,2	-11,6
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras								
Portugal	milhões €	99.185	99.835	101.434	105.112	106.501	103.221	110.276
	v. h. real (%)	-6,7	-6,2	-8,0	-6,4	-6,0	-6,7	-8,6
Centro	milhões €	15.861	15.826	16.000	16.461	16.497	16.196	17.129
	v. h. real (%)	-3,6	-7,4	-7,6	-5,4	-6,3	-5,7	-9,1
Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)								
Portugal	%	13,3	12,6	12,7	11,9	11,0	12,1	9,3
Centro	%	12,1	11,5	12,0	11,4	10,5	11,4	8,8
Ações de insolvência								
Portugal	número	n.d.	2.203	1.920	2.480	2.369	2.243	2.125
	v. h. (%)	n.d.	0,4	4,6	13,8	3,4	5,5	30,7
Centro	número	n.d.	451	368	549	494	466	449
	v. h. (%)	n.d.	-4,9	-10,2	21,7	6,9	3,6	34,0

n.d. - não disponível

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

No primeiro trimestre de 2014, as relações comerciais da Região Centro com o exterior foram muito positivas. As entradas e as saídas de bens aumentaram em termos homólogos reais, tendo o crescimento das entradas superado o das saídas. O contributo do mercado extracomunitário foi o mais significativo para estes movimentos internacionais de bens.

As saídas de bens da Região Centro registaram, neste trimestre, um crescimento homólogo real¹⁶ de 7,5%, valor superior à média nacional (3,3%). Esta evolução positiva deveu-se simultaneamente ao comércio com os mercados intra e extracomunitários, tendo, no entanto, o aumento do mercado extracomunitário sido ligeiramente mais expressivo (8,0%).

Considerando as saídas por grupos de produtos, dados pelas doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais¹⁷ da Região Centro, verificaram-se acréscimos homólogos reais significativos nos grupos “madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria” (28,9%), “produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas; produtos cerâmicos; vidro e suas obras” (16,3%) e “produtos do reino vegetal”. Apenas um grupo de produtos registou um decréscimo homólogo das saídas da Região Centro (“pastas de madeira ou de outras matérias”).

7,5%

foi o crescimento
homólogo real das saídas
de bens da região e

10,5%

o das entradas de bens
na região

¹⁶ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos.

¹⁷ As secções da Nomenclatura Combinada analisadas foram escolhidas em função dos montantes transacionados durante o ano de 2010, no que toca quer a saídas quer a entradas e encontram-se enumeradas nas fontes de informação.

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		1T14	4T13	3T13	2T13	1T13	2013	2012	
								média trimestral	
Saídas de bens									
Portugal	milhões €	11.734,3	11.960,1	11.615,0	12.261,9	11.541,9	11.844,7	11.314,9	
	v. h. real (%)	3,3	8,0	7,4	7,3	-0,1	5,6	4,0	
Intracomunitárias	milhões €	8.513,9	8.369,5	8.077,7	8.602,2	8.262,5	8.328,0	8.038,0	
	v. h. real (%)	4,7	8,1	7,6	4,6	-1,6	4,5	-0,7	
Extracomunitárias	milhões €	3.220,4	3.590,6	3.537,3	3.659,6	3.279,4	3.516,7	3.276,8	
	v. h. real (%)	-0,2	7,9	7,1	14,2	4,0	8,3	17,7	
Centro	milhões €	2.340,4	2.307,2	2.188,5	2.362,5	2.212,6	2.267,7	2.147,9	
	v. h. real (%)	7,5	6,7	10,2	9,5	0,1	6,5	2,8	
Intracomunitárias	milhões €	1.800,7	1.689,9	1.621,8	1.789,3	1.704,8	1.701,4	1.623,8	
	v. h. real (%)	7,4	6,1	8,8	8,5	-0,1	5,7	1,3	
Extracomunitárias	milhões €	539,7	617,2	566,7	573,2	507,9	566,3	524,1	
	v. h. real (%)	8,0	8,4	14,4	12,6	0,7	9,0	7,8	
Entradas de bens									
Portugal	milhões €	14.333,9	14.634,1	14.277,7	14.313,8	13.519,8	14.186,3	14.041,5	
	v. h. real (%)	9,0	7,0	5,7	5,7	-4,5	3,4	-6,5	
Intracomunitárias	milhões €	10.856,0	11.102,5	10.100,6	10.263,7	9.567,0	10.258,4	10.079,1	
	v. h. real (%)	16,7	9,7	8,2	5,0	-5,9	4,2	-8,8	
Extracomunitárias	milhões €	3.477,9	3.531,6	4.177,1	4.050,1	3.952,9	3.927,9	3.962,4	
	v. h. real (%)	-9,5	-0,5	0,0	7,3	-0,8	1,4	0,1	
Centro	milhões €	1.860,5	1.907,3	1.729,4	1.841,3	1.731,1	1.802,3	1.700,1	
	v. h. real (%)	10,5	13,5	10,8	9,7	0,4	8,5	-6,7	
Intracomunitárias	milhões €	1.562,8	1.668,8	1.504,3	1.581,3	1.463,2	1.554,4	1.449,6	
	v. h. real (%)	9,8	14,5	13,2	12,2	-0,5	9,7	-6,2	
Extracomunitárias	milhões €	297,7	238,5	225,1	260,0	267,8	247,9	250,6	
	v. h. real (%)	14,3	6,5	-3,0	-3,5	5,5	1,2	-9,2	

* Os valores de 2012 são provisórios e os de 2013 e 2014 são preliminares, sendo revistos trimestralmente. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

As entradas de bens na Região Centro cresceram 10,5% em termos homólogos reais e acima da média nacional, que foi de 9,0%. Para esta evolução regional contribuíram ambos os mercados, tendo o aumento das entradas com origem nos países extracomunitários sido mais significativo (14,3%).

Em termos de grupos de produtos, apenas dois registavam variações reais homólogas negativas das entradas na região: “obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras” (-9,1%) e “produtos do reino vegetal” (-4,7%). Nos restantes grupos destacavam-se, pelos importantes aumentos, os grupos “produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados” (27,5%); “material de transporte” (23,1%) e “madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria” (20,5%).

Relativamente ao saldo real da balança comercial verificou-se, novamente neste trimestre, uma deterioração muito ligeira face a igual período do ano anterior (-0,04%), uma vez que o aumento real das saídas de bens não foi suficiente para compensar o aumento real homólogo das entradas de bens.

TURISMO

Apesar do setor do turismo a nível nacional ter evidenciado uma melhoria face ao período homólogo, tal não se verificou na Região Centro, já que os hóspedes, as dormidas e os proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros diminuíram.

No primeiro trimestre de 2014, observou-se um crescimento positivo dos hóspedes e das dormidas em estabelecimentos hoteleiros nacionais (mais 6,1% e 4,2%, respetivamente, do que em igual período do ano anterior). No entanto, o mesmo não se verificou na Região Centro com o número de hóspedes a diminuir 0,7% e as dormidas a caírem 3,7%. Desta forma, a estada média manteve-se inalterada face a igual período do ano anterior no caso da média nacional (2,6 noites) mas diminuiu de 1,7 para 1,6 noites no caso da Região Centro.

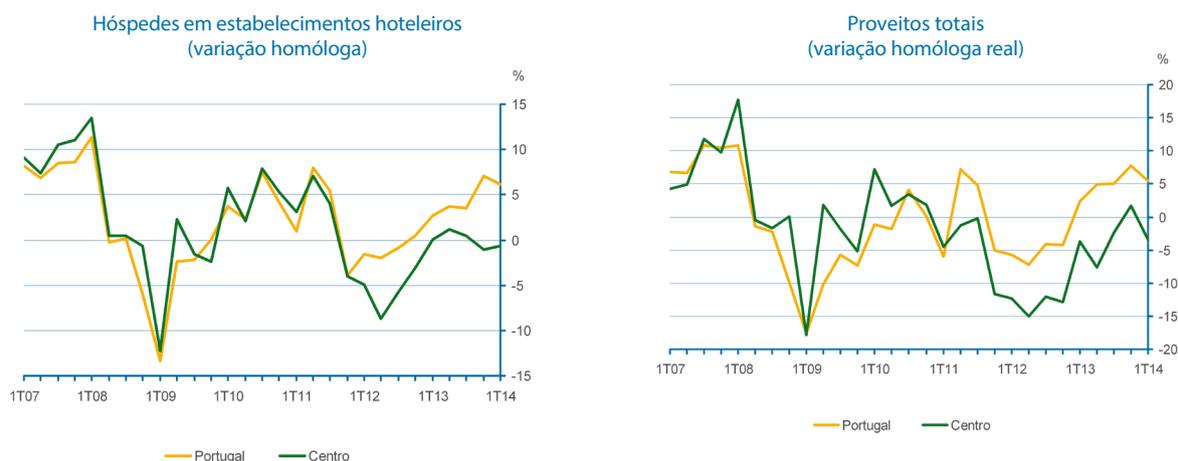
No caso da evolução real dos proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros, a situação foi semelhante, tendo-se verificado um aumento de 5,4% nos nacionais e uma diminuição de 3,4% nos regionais. Após a ligeira recuperação verificada no final de 2013, os proveitos totais decorrentes das atividades dos estabelecimentos hoteleiros da região voltaram assim a decrescer. Para esta evolução terá sido importante o decréscimo homólogo real dos proveitos de aposento na região (-1,4%) que representavam, neste trimestre, cerca de 66% dos proveitos totais.

584

mil dormidas nos estabelecimentos hoteleiros na região e

25

milhões de euros de proveitos totais



Quadro 9 – Turismo*		1T14	4T13	3T13	2T13	1T13	2013	2012	
		média trimestral							
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares	2.514	2.947	5.079	4.028	2.369	3.606	3.461	
	v. h. (%)	6,1	7,1	3,5	3,7	2,7	4,2	-1,1	
Centro	milhares	364	437	727	562	367	523	522	
	v. h. (%)	-0,7	-1,1	0,5	1,1	0,1	0,3	-5,9	
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares	6.479	7.648	16.494	11.378	6.216	10.434	9.920	
	v. h. (%)	4,2	6,4	4,8	5,1	4,8	5,2	0,6	
Centro	milhares	584	737	1.449	969	606	940	942	
	v. h. (%)	-3,7	-0,3	1,5	-2,3	-0,6	-0,2	-6,8	
Estada média nos estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	n.º noites	2,6	2,6	3,2	2,8	2,6	2,9	2,9	
Centro	n.º noites	1,6	1,7	2,0	1,7	1,7	1,8	1,8	
Proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares €	287.358	361.730	794.428	527.858	272.954	489.243	464.113	
	v. h. real (%)	5,4	7,7	5,0	4,9	2,4	5,1	-5,2	
Centro	milhares €	25.194	33.952	62.065	40.433	26.127	40.644	41.825	
	v. h. real (%)	-3,4	1,6	-2,3	-7,6	-3,7	-3,1	-13,1	

* Desde a edição n.º 15 deste boletim, os dados absolutos reportam-se à soma dos valores mensais em cada trimestre. Os valores de 2013 são provisórios, exceto os dados dos dois meses mais recentes que correspondem a dados preliminares.

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

-45%

foi a diminuição homóloga dos novos fogos concluídos para habitação familiar na região

1,1%

foi a variação real homóloga do crédito à habitação vencido

O setor da construção manteve-se em retração no primeiro trimestre de 2014. Apesar de se ter observado uma desaceleração na diminuição homóloga do licenciamento de edifícios, a quebra das obras concluídas e dos empréstimos concedidos à habitação voltou a atingir valores históricos.

O licenciamento de edifícios na Região Centro registou, neste trimestre, a variação homóloga mais reduzida dos últimos três anos, apesar de se manter negativa (-5,4%) e superior à média nacional (-4,1%). As licenças de construções novas diminuíram 5,1% face ao período homólogo, tendo o licenciamento de fogos novos para habitação familiar sofrido uma redução bastante mais significativa (-15,2%). Todos estes indicadores regionais sofreram um desagravamento face aos trimestres anteriores.

Já nas obras concluídas voltaram a verificar-se fortes decréscimos homólogos e novos mínimos históricos. A variação homóloga nos edifícios concluídos na região foi de -37,3%, valor ligeiramente inferior à diminuição observada para a média nacional (-36,5%). A quebra regional nas construções novas concluídas foi de -35,0% e os novos fogos concluídos para habitação familiar diminuíram 45,0% face a igual período do ano anterior.

Os empréstimos concedidos para habitação voltaram a registar níveis historicamente baixos, neste trimestre, tendo diminuído 3,5% em termos homólogos reais na região e 3,4% no país. Estas reduções homólogas são, no entanto, as menos acentuadas desde o terceiro trimestre de 2011. O crédito à habitação vencido aumentou 1,1% na região em termos homólogos reais, representando, neste trimestre, 2,2% do crédito à habitação concedido na região. Em termos médios nacionais, o crédito à habitação vencido cresceu de forma muito mais intensa (9,2%).

Quadro 10 – Construção e Habitação		1T14	4T13	3T13	2T13	1T13	2013	2012
							média trimestral	
Edifícios licenciados								
Portugal	número	3.995	3.961	4.008	4.175	4.166	4.078	5.195
	v. h. (%)	-4,1	-15,8	-22,3	-20,4	-26,6	-21,5	-17,0
Centro	número	1.390	1.384	1.428	1.477	1.470	1.440	1.664
	v. h. (%)	-5,4	-13,2	-11,7	-9,7	-18,6	-13,5	-15,3
Construções novas	número	757	757	830	838	798	806	922
	v. h. (%)	-5,1	-10,3	-7,8	-4,7	-24,9	-12,6	-26,5
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	-15,2	-30,6	-19,4	-30,9	-36,6	-29,9	-34,1
	Edifícios concluídos*							
Portugal	número	3.406	4.435	4.656	5.222	5.367	4.920	6.483
	v. h. (%)	-36,5	-37,6	-27,6	-16,6	-12,5	-24,1	-2,0
Centro	número	1.161	1.464	1.486	1.719	1.851	1.630	2.089
	v. h. (%)	-37,3	-37,0	-29,9	-11,8	-5,7	-22,0	-0,8
Construções novas	número	833	1.061	1.113	1.243	1.282	1.175	1.519
	v. h. (%)	-35,0	-36,5	-27,9	-12,2	-11,4	-22,7	-2,1
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	-45,0	-32,8	-42,6	-24,5	-27,3	-32,5	-2,9
	Empréstimos concedidos para habitação							
Portugal	v. h. real (%)	-3,4	-3,6	-4,3	-4,3	-3,6	-3,9	-5,3
	Centro	v. h. real (%)	-3,5	-3,6	-4,2	-4,3	-3,6	-3,9
Crédito à habitação vencido**								
Portugal	v. h. real (%)	9,2	4,8	4,4	0,0	10,8	4,9	5,5
	Centro	v. h. real (%)	1,1	1,0	0,5	0,5	6,5	2,1
Avaliação bancária da habitação								
Portugal	€/m ²	1.001,3	1.017,0	1.013,7	998,0	995,7	1.006,1	1.039,5
	v. h. real (%)	0,7	-0,4	-2,0	-5,4	-6,1	-3,5	-9,7
Centro	€/m ²	836,3	846,3	845,7	837,7	831,3	840,3	880,0
	v. h. real (%)	0,7	-1,7	-3,0	-6,1	-8,1	-4,8	-9,6

* Os valores de 2013 são dados provisórios estimados. A informação de 2012 corresponde a dados revistos.

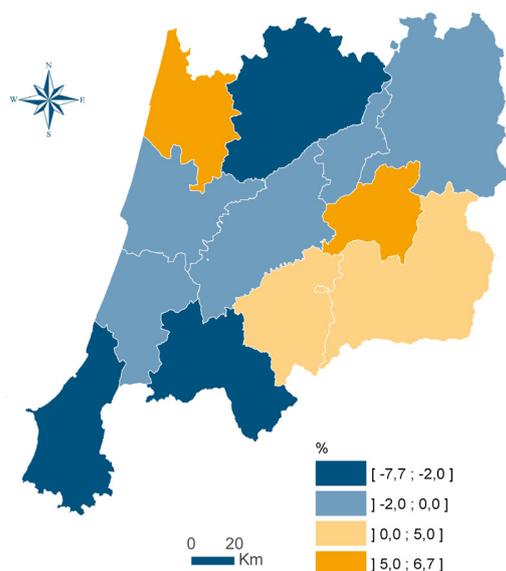
** Trata-se de créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares.

A avaliação bancária da habitação cresceu, em termos reais, pela primeira vez desde o segundo trimestre de 2010, embora de forma ligeira (0,7% na região e em Portugal). Neste trimestre, em termos médios, cada m2 destinado a habitação foi avaliado pelas entidades bancárias em 836 euros na Região Centro e em 1.001 euros no país.

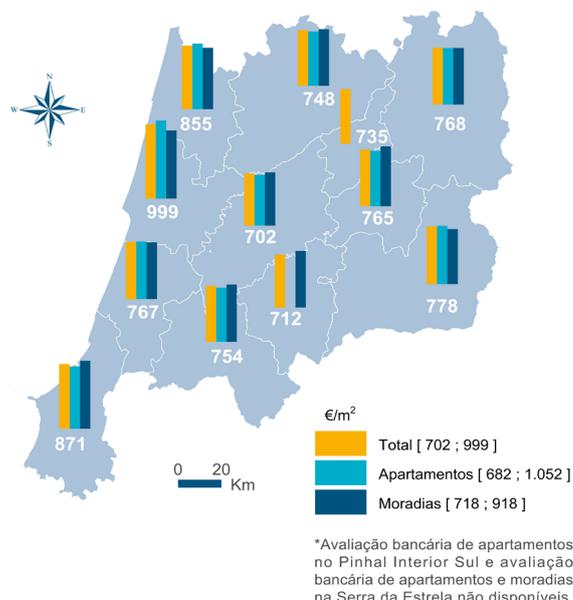
A nível sub-regional, o valor médio da avaliação bancária registou uma variação homóloga real positiva em quatro NUTS III: Cova da Beira, Baixo Vouga, Beira Interior Sul e Pinhal Interior Sul. As restantes sub-regiões registaram diminuições tendo, a mais expressiva, ocorrido no Médio Tejo (-7,7%).

Considerando as diferentes tipologias de habitação verificou-se que, para o ligeiro incremento homólogo real da avaliação bancária na região, contribuíram as moradias (-1,1%) já que a avaliação dos apartamentos diminuiu (-0,2%). O Baixo Mondego manteve-se como a sub-região com a avaliação bancária da habitação mais elevada (999€/m2), resultado das maiores avaliações quer de apartamentos como de moradias (1.052€/m2 e 918€/m2, respetivamente). O Pinhal Interior Norte voltou a ser, neste trimestre, a sub-região onde, em termos médios, a habitação era menos valorizada, quer se tratem de apartamentos ou moradias.

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no primeiro trimestre de 2014



Avaliação bancária da habitação* no primeiro trimestre de 2014



PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

O nível médio de preços na Região Centro diminuiu ligeiramente face ao mesmo período de 2012, tal como sucedeu a nível nacional. O consumo privado apresentou, neste trimestre, alguns sinais de recuperação, à semelhança do que já havia sucedido no trimestre anterior.

No primeiro trimestre de 2014, o nível médio de preços na região e no país voltou a diminuir 0,1% face ao período homólogo, a avaliar pelo Índice de Preços no Consumidor. Apesar desta diminuição em termos médios, verificaram-se aumentos homólogos significativos na região em sete das 12 classes de despesa, destacando-se com os maiores aumentos as "bebidas alcoólicas e tabaco" (3,4%) e as "comunicações" (2,7%). De entre as cinco classes com contribuições negativas para a variação homóloga dos preços regionais destaca-se a dos "transportes" (-2,4%).

-0,1%

foi a taxa de inflação homóloga na região

12,9%

foi o crédito vencido para consumo e outros fins

Quadro 11 – Preços		1T14	4T13	3T13	2T13	1T13	2013	2012	
		média trimestral							
Índice de Preços no Consumidor – IPC									
Portugal	v. h. (%)	-0,1	-0,1	0,3	0,6	0,2	0,3	2,8	
Centro	v. h. (%)	-0,1	-0,1	0,3	0,4	-0,3	0,1	2,9	
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	-0,1	0,3	2,8	2,2	1,6	1,7	3,5	
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	3,4	4,8	3,9	3,4	4,4	4,1	4,2	
Vestuário e calçado	v. h. (%)	1,3	-0,1	1,1	-0,9	-3,3	-0,7	-1,8	
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	1,2	0,7	1,6	2,1	3,3	1,9	10,0	
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	-1,3	-1,2	-0,6	-0,3	0,2	-0,5	0,1	
Saúde	v. h. (%)	1,3	3,4	3,6	1,6	-2,4	1,5	-1,1	
Transportes	v. h. (%)	-2,4	-3,4	-2,3	-3,5	-2,5	-2,9	2,5	
Comunicações	v. h. (%)	2,7	1,5	0,8	0,5	-1,0	0,5	0,3	
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	-1,1	-0,8	-0,8	0,6	1,0	0,0	0,7	
Educação	v. h. (%)	0,8	0,7	1,3	1,4	1,4	1,2	1,8	
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	0,5	0,9	1,2	0,7	1,1	1,0	4,3	
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	-0,4	-1,0	-0,8	0,3	0,2	-0,3	1,6	

Alguns dos indicadores utilizados para monitorizar o consumo privado evidenciaram uma retração neste trimestre. Os empréstimos concedidos para consumo diminuíram e o crédito para consumo vencido aumentou, face ao período homólogo, atingindo o valor mais elevado dos últimos anos. Também os levantamentos em caixas automáticos e as receitas de cinema evidenciaram uma contração.

Por outro lado, assistiu-se a um aumento homólogo das entradas intracomunitárias de bens de consumo bem como a um crescimento dos pagamentos em caixas automáticos e das compras em terminais de pagamento automático. Em todos estes indicadores se assistiu, contudo, a uma desaceleração face ao trimestre anterior.

Quadro 12 – Consumo Privado		1T14	4T13	3T13	2T13	1T13	2013	2012	
		média trimestral							
Entradas intracomunitárias de bens de consumo*									
Portugal	v. h. real (%)	9,0	14,3	13,9	10,2	5,9	11,2	-10,7	
Centro	v. h. real (%)	6,0	19,8	10,5	9,2	-6,0	8,5	-4,1	
Receitas de cinema**									
Portugal	v. h. real (%)	-5,0	-8,3	-13,7	-13,9	-10,4	-11,7	-10,0	
Centro	v. h. real (%)	-7,6	-7,3	-14,2	-9,5	-8,4	-10,3	-13,1	
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins***									
Portugal	v. h. real (%)	-7,5	-8,2	-8,7	-10,3	-10,5	-11,7	-12,7	
Centro	v. h. real (%)	-8,0	-8,8	-9,9	-11,2	-11,1	-12,5	-13,2	
Crédito vencido para consumo e outros fins*** (em percentagem do crédito concedido)									
Portugal	%	13,5	13,1	12,8	12,6	12,2	12,7	11,4	
Centro	%	12,9	12,3	12,2	11,8	11,4	11,9	10,5	
Levantamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)	-0,9	1,0	0,8	1,2	-0,8	0,6	-4,4	
Centro	v. h. real (%)	-1,5	0,8	0,2	-5,2	-1,2	-1,3	-2,3	
Pagamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)	2,1	13,3	-3,6	0,8	-2,6	1,6	-2,7	
Centro	v. h. real (%)	2,2	13,6	-1,9	0,5	-1,8	2,3	-1,3	
Compras em terminais de pagamento automático									
Portugal	v. h. real (%)	3,9	5,8	0,9	-1,5	-4,4	0,4	-7,7	
Centro	v. h. real (%)	3,4	6,0	1,0	-1,9	-4,6	0,3	-7,8	

* A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2012 são provisórios e os de 2013 e 2014 preliminares, sendo revistos trimestralmente.

** Os dados de 2013 das receitas de cinema são definitivos e os de 2014 são provisórios.

*** Créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares. Excluem-se os empréstimos destinados à habitação.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO

Até ao final de março de 2014, tinham sido aprovados 6,3 mil milhões de euros de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão, no âmbito do QREN, para cofinanciar 17,7 mil projetos na Região Centro. Com este volume de aprovações prevê-se um investimento adicional na região próximo do dobro do valor deste cofinanciamento (10,7 mil milhões de euros). A região mantinha-se, assim, como a segunda maior beneficiária de fundos comunitários do país.

No Programa Operacional Regional – Mais Centro, estavam aprovadas 4.532 operações e uma comparticipação de FEDER de 1,8 mil milhões de euros, o que reflete um período de gestão de overbooking. Nesta data, 72,2% do montante da dotação do programa encontrava-se já executado.

6,3 mil

milhões de euros de fundos comunitários do QREN aprovados no Centro de Portugal

72,2%

foi a taxa de execução do Mais Centro no final de março de 2014

No período 2007-2013, são principalmente os instrumentos financeiros, Fundos Estruturais (FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e FSE – Fundo Social Europeu) e Fundo de Coesão, que asseguram a concretização dos objetivos da Convergência e da Competitividade Regional e do Emprego, em termos da Política de Coesão.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB per capita em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade, em regiões de convergência quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região phasing-out (Algarve); região phasing-in (Madeira) e região da competitividade e do emprego (Lisboa).

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) contempla três grandes Agendas Temáticas: Agenda para o Potencial Humano, Agenda para os Factores de Competitividade e Agenda para a Valorização do Território. A concretização das Agendas é assegurada pelos Programas Operacionais Temáticos: Potencial Humano (PO PH), Factores de Competitividade (PO FC) e Valorização do Território (PO VT); pelos Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira; pelos Programas Operacionais de Cooperação Territorial Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional e ainda pelos Programas Operacionais de Assistência Técnica.

Após a reprogramação dos Programas do QREN, submetida à Comissão Europeia em julho de 2011 e aprovada em meados de dezembro de 2011, o Mais Centro (Programa Operacional Regional do Centro) encontra-se estruturado nos seguintes eixos:

- Eixo 1: Competitividade, Inovação e Conhecimento
- Eixo 2: Valorização do Espaço Regional
- Eixo 3: Coesão Local e Urbana
- Eixo 4: Assistência técnica.

Até 31 de março de 2014, foram aprovados 6,3 milhões de euros de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão na Região Centro, referentes a 17.704 projetos que preveem um investimento total de 10,7 mil milhões de euros. Estes apoios concedidos pelo QREN alavancam um investimento potencial na região de quase o dobro do valor dos fundos comunitários aprovados (por cada euro de fundos comunitários aprovados é previsto um investimento total de cerca de 1,7 euros).

De entre os vários programas do QREN que cofinanciam projetos na região, tem sido o Mais Centro e o PO PH os que concentram o maior valor de fundos comunitários aprovados no Centro (27,9% e 30,6%, respetivamente do total de fundos QREN aprovados na região).

Já em termos do peso que os projetos regionais assumem no total das aprovações nacionais de fundos comunitários, destaca-se, de forma evidente, o PO FC (37,8% do total de FEDER aprovado no país no PO FC respeita a projetos na Região Centro).

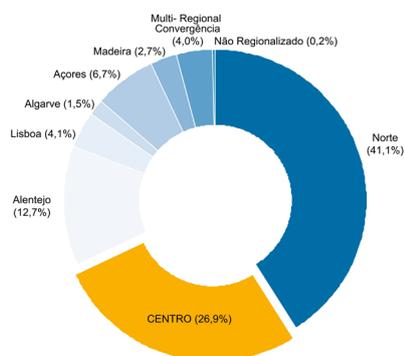
Relativamente apenas ao Programa Operacional Regional - Mais Centro, até esta data, estavam aprovadas 4.532 operações individuais com um investimento total estimado de 2,7 mil milhões de euros. Para estes projetos foi aprovado um cofinanciamento com fundo comunitário FEDER de 1,8 mil milhões de euros. É de realçar o facto de, nesta fase do período de programação, o compromisso ser mais elevado do que a dotação disponível (1.696,6 milhões de euros), significando já uma gestão de overbooking.

Quadro 13 – O QREN no Centro (até 31 de março de 2014)			QREN (total)	CENTRO		
				Mais Centro	PO PH	PO FC
Operações aprovadas	número	17.704	4.532	10.259	2.485	428
Investimento (custo) total	milhões €	10.724	2.696	2.648	3.876	1.504
	% do total nacional	27,8	21,2	29,6	39,1	22,2
Investimento (custo) elegível	milhões €	9.559	2.293	2.648	3.338	1.280
	% do total nacional	27,7	20,6	29,6	38,6	22,9
Fundo comunitário	milhões €	6.322	1.765	1.933	1.581	1.044
	% do QREN (total) da região	100,0	27,9	30,6	25,0	16,5
	% do total nacional	27,2	22,7	29,8	37,8	22,7

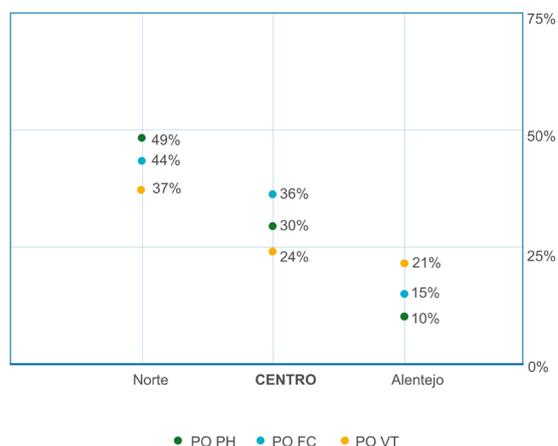
No que respeita à execução dos projetos aprovados através dos vários instrumentos financeiros do QREN, o Centro mantinha-se como a segunda região a beneficiar mais destes fundos, absorvendo 26,9% do valor de despesa validada de fundos comunitários FEDER, Fundo de Coesão e Fundo Social Europeu.

Entre as três regiões de convergência, o Centro continua a manter-se com níveis de absorção de despesa validada mais elevados do que o Alentejo e menos do que o Norte nos programas operacionais temáticos. No conjunto, estas três regiões de convergência do Continente concentravam grande parte da despesa validada de fundos comunitários (88% no PO PH, 95% no PO FC e 82% no PO VT).

Distribuição dos fundos comunitários executados por região
(31 de março de 2014)



Relevância das três regiões convergência do Continente nos fundos comunitários executados pelos Programas Operacionais Temáticos
(31 de março de 2014)



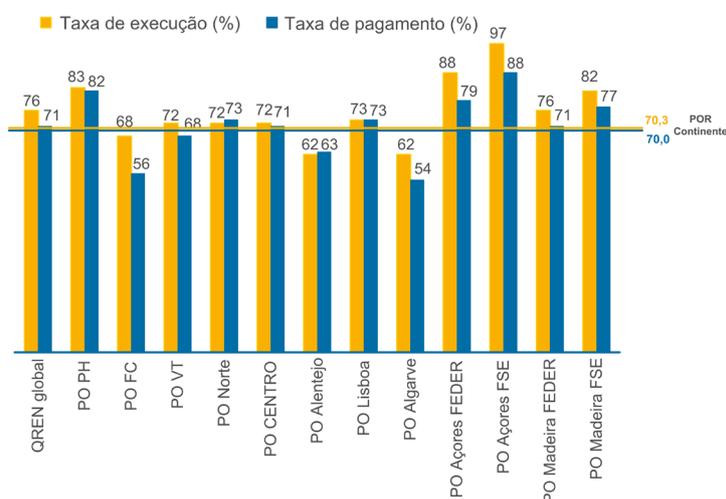
No final do primeiro trimestre de 2014, o volume de aprovações para a Região Centro ultrapassava a dotação do FEDER prevista até ao final do período de programação, estando assim em overbooking, tal como já foi referido. Com esta situação, a taxa de compromisso era superior a 100%, prevendo-se contudo que haja descomprometimento de FEDER não utilizado em algumas operações que ainda decorrem e que alguns projetos sejam encerrados com níveis de execução financeira inferiores aos aprovados de forma a libertar verbas de fundo comunitário suficientes para todas as aprovações.

Nesta fase final do QREN, a prioridade está centrada na execução dos projetos, estando validados 1.224,7 milhões de euros de despesa de FEDER, o que correspondia a taxa de execução de 72,2%. A taxa de execução do Mais Centro mantinha-se acima da média dos PO regionais do Continente (média de 70,3%) e aquém da taxa de execução global do QREN (75,5%), situação que ocorre desde o final de 2009.

Os pagamentos aos beneficiários representavam 71,1% do total de FEDER aprovado e continuavam superiores à despesa já validada, traduzindo-se numa taxa de reembolso de 102,4%.

Quadro 14 – Monitorização do Mais Centro (valores acumulados)		mar-14	dez-13	set-13	jun-13	mar-13
Execução Financeira						
Despesa validada						
Investimento (custo) elegível	milhões €	1.558,0	1.513,3	1.407,8	1.366,2	1.287,0
Fundo comunitário	milhões €	1.224,7	1.190,8	1.107,1	1.076,5	1.012,5
Pagamentos aos beneficiários	milhões €	1.254,0	1.209,4	1.152,8	1.106,1	1.035,9
Indicadores financeiros						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	104,0	102,1	98,5	99,9	98,9
Taxa de execução (fundo validado / fundo programado)	%	72,2	70,2	65,3	63,5	59,7
Taxa de realização (fundo validado / fundo aprovado)	%	69,4	68,7	66,2	63,5	60,4
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	71,1	69,8	69,0	65,3	61,8
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo validado)	%	102,4	101,6	104,1	102,8	102,3

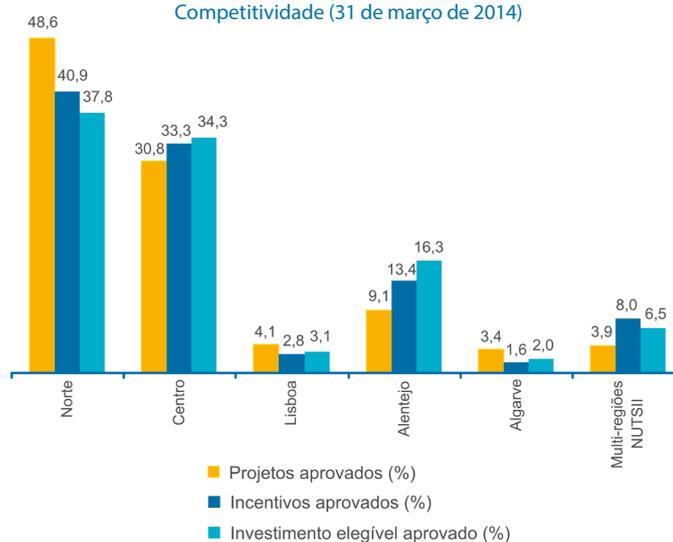
Taxa de execução e taxa de pagamento das candidaturas por Programa Operacional
(31 de março de 2014)



Para apoiar os investimentos do setor empresarial na Região Centro, os Sistemas de Incentivos do QREN têm assumido um papel crucial. Ao longo do período de programação deste quadro comunitário, a região tem evidenciado um desempenho muito favorável na Agenda Temática da Competitividade e, nomeadamente, no que respeita aos Sistemas de Incentivos.

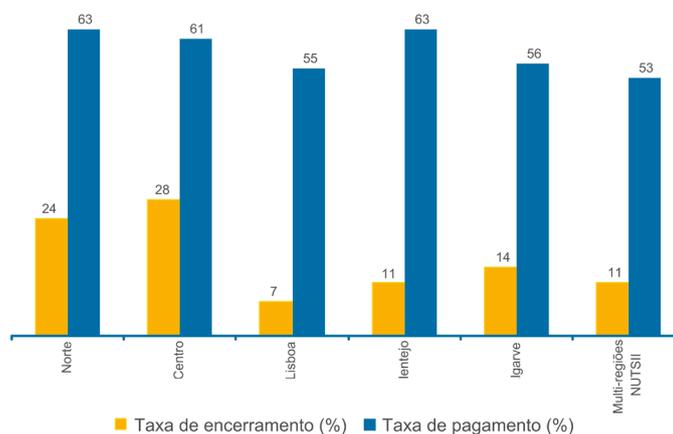
No final de março de 2014, encontravam-se aprovados nos Sistemas de Incentivos 3.552 projetos empresariais na região participados pelo Mais Centro e pelo PO FC, a que correspondia um investimento elegível de 3,2 mil milhões de euros e um incentivo de 1,5 mil milhões de euros. Este volume de aprovações na região representava 34,3% do total de investimento elegível e 33,3% do total de incentivos aprovados no Continente nos Sistemas de Incentivos.

Distribuição regional dos Sistemas de Incentivos aprovados às empresas na Agenda da Competitividade (31 de março de 2014)



Dos 3,5 mil projetos aprovados na Região Centro, encontravam-se contratados 2.937 e destes apenas 649 se encontravam encerrados no final de março de 2014. A taxa de encerramento (incentivo final de projetos encerrados/incentivo aprovado dos projetos contratados) era de 28% e a taxa de pagamento (pagamentos efetuados/incentivo aprovado dos projetos contratados) de 61%, refletindo o melhor desempenho regional em termos de encerramentos e um dos mais favoráveis em termos de pagamentos.

Taxa de encerramento e taxa de pagamentos dos Sistemas de Incentivos às empresas na Agenda da Competitividade (31 de março de 2014)



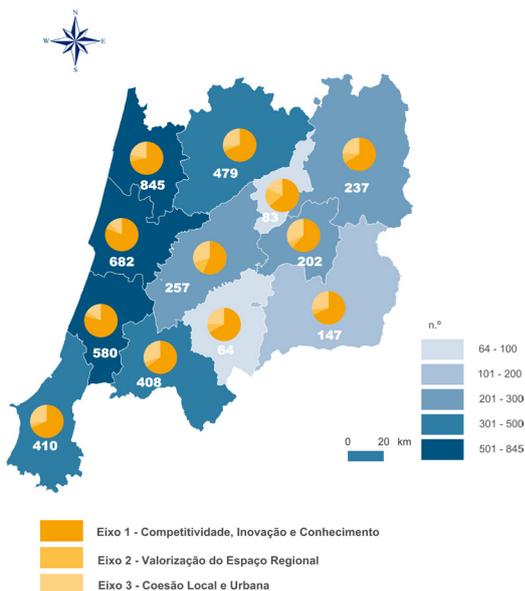
Relativamente aos apoios às micro e pequenas empresas através dos Sistemas de Incentivos apenas do Mais Centro, estavam aprovados 2.421 projetos empresariais na região, que se traduziam em 664 milhões de euros de investimento elegível, 415 milhões de euros de incentivos aprovados e 200 milhões de euros de execução de fundo comunitário. A taxa de execução dos Sistemas de Incentivos do Mais Centro (fundo/incentivo contratado) era de 52,7% no final de março de 2014, estando assim acima da taxa de execução média dos vários programas operacionais regionais do Continente (51,9%).

Em termos de realização, foram já apoiadas na região, ao abrigo dos Sistemas de Incentivos do Mais Centro, 1.690 empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, das quais 263 são novas empresas/start-up e 128 são novas empresas/start-up de setores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia.

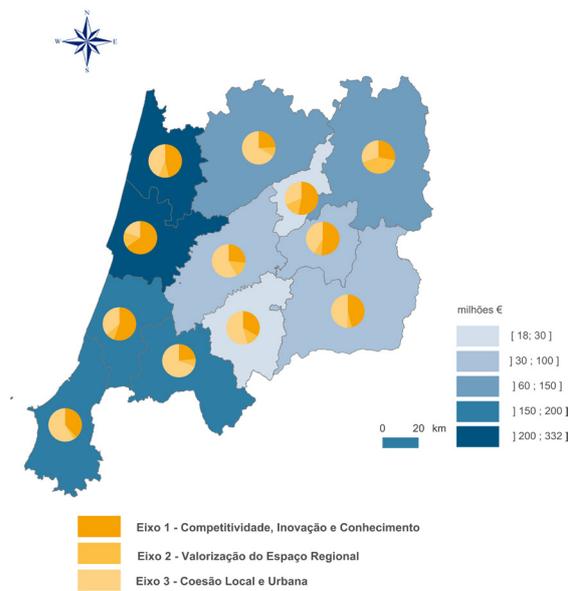
Durante o ano de 2013, foi disponibilizado no Mais Centro um novo regulamento de apoio direto ao investimento e à criação líquida de emprego dirigido às microempresas de territórios de baixa densidade: o Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas (SIALM). A 31 de março de 2014 encontravam-se aprovados 270 projetos na Região Centro. Dada a natureza deste regulamento, estes projetos envolvem investimentos reduzidos, estando aprovados cerca de 6,3 milhões de euros de investimento elegível e 4,9 milhões de euros de FEDER no Mais Centro.

No que respeita à distribuição sub-regional do FEDER aprovado e executado na Região Centro, no âmbito do Mais Centro, os maiores valores continuam a registar-se nas quatro sub-regiões do litoral em conjunto com o Médio Tejo. Já quanto à capacidade de executar os projetos, avaliada pela taxa de realização, ou seja pelo peso que a despesa validada tem no total de FEDER aprovado, os maiores valores respeitavam a promotores com projetos nas sub-regiões Pinhal Interior Sul e Pinhal Interior Norte (81,2% em ambos os casos). Contrariamente, com menor capacidade de realização do FEDER aprovado, encontravam-se o Pinhal Litoral, Baixo Vouga e Oeste, sendo que são sub-regiões com um elevado valor de fundo aprovado.

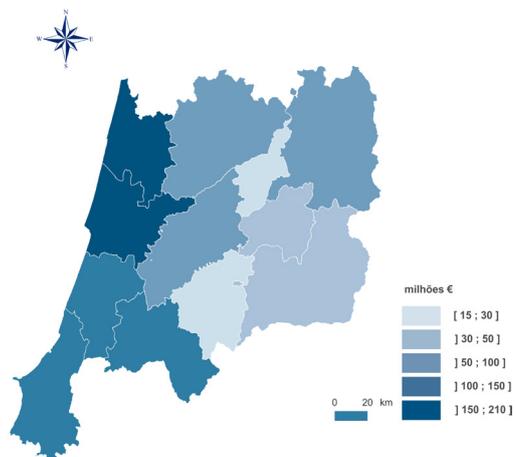
Operações aprovadas no âmbito do Mais Centro
(31 de março de 2014)



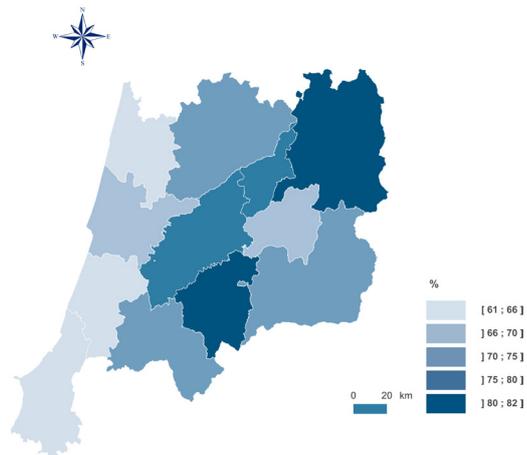
Fundo comunitário atribuído às operações aprovadas no âmbito do
Mais Centro (31 de março de 2014)



Despesa validada de fundo comunitário no âmbito do Mais Centro
(31 de março de 2014)



Taxa de realização no âmbito do Mais Centro
(31 de março de 2014)



FONTES

Enquadramento Nacional

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores (Base 2008)
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

Mercado de Trabalho

- INE - Inquérito ao Emprego (Base 1998 e Base 2011)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Índice de Custo do Trabalho (Base 2008)

Desemprego Registrado

- IEFP - Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais
- INE - Estimativas Anuais da População Residente

Empresas

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
- Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras

INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

IGNIOS - Gestão Integrada de Risco, S.A.

- Empresas constituídas
- Ações de insolvência

Comércio Internacional de Bens

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio e NUTS II

Secções seleccionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras
- XVI – Máquinas e aparelhos, material eléctrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
- XVII – Material de transporte

Turismo

- INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes e outros dados na Hotelaria
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Construção e Habitação

- INE - Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Estatísticas das Obras Concluídas
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a famílias para habitação
- Rácios de crédito vencido das famílias – habitação

Preços e Consumo Privado

- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- ICA – Instituto do Cinema e do Audiovisual
- Receitas de cinema
- SIBS - Área de Estatísticas do Grupo SIBS
- Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
- Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a famílias para consumo e outros fins
- Rácios de crédito vencido das famílias – consumo e outros fins

Políticas Públicas no Centro

Comissão Técnica de Coordenação do QREN

- Indicadores Conjunturais de Monitorização: Boletins Informativos 21, 22 e 23

Autoridade de Gestão do Mais Centro

Sistemas de Incentivo da Agenda da Competitividade QREN

